

ÍNDICE

INTRODUCCIÓN

PREFACIO

IL PRIVATE ENFORCEMENT IN ITALIA DELLA CARTA DEI DIRITTI FONDAMENTALI DELL'UNIONE EUROPEA A VENT'ANNI DALLA SUA PROCLAMAZIONE

Angelo Viglianisi Ferraro

(Università «Mediterranea» di Reggio Calabria - Italia)

1. INTRODUZIONE. LA CARTA DEI DIRITTI FONDAMENTALI DELL'UNIONE EUROPEA COME PIETRA MILIARE DI UNA NUOVA UNIONE EUROPEA VERAMENTE DEMOCRATICA E SOCIALE
2. IL CONTENUTO DELLA CARTA DI NIZZA
3. L'AMBITO DI APPLICAZIONE DELLE NORME SANCITE NELLA CARTA DI NIZZA
4. IL PROBLEMA DELL'EFFICACIA (DIRETTA O MEDIATA; VERTICALE O ANCHE ORIZZONTALE) DELLA CARTA DI NIZZA
5. L'OBBLIGO PER I GIUDICI NAZIONALI DI INTERPRETARE LE NORME INTERNE ALLA LUCE DELLA CARTA DI NIZZA
6. CONCLUSIONI. VERSO UNA POSSIBILE RESPONSABILITÀ CIVILE DELLO STATO PER VIOLAZIONE DEI DIRITTI CONTENUTI NELLA CARTA DI NIZZA?

THE CHARTER OF RIGHTS OF THE EUROPEAN UNION - UN INSTRUMENT THAT CENTRALIZES COMPETENCES AT EU LEVEL?

Pedro Coutinho

(Instituto Politécnico da Maia - Portugal)

1. INTRODUCTION
2. THE MAIN CASE LAW ON IMPLEMENTATION OF EUROPEAN UNION LAW
3. SAND IN THE GEARS: AUSTERITY MEASURES, FUNDAMENTAL RIGHTS AND IMPLEMENTATION OF EUROPEAN UNION LAW
4. CONCLUSION

O SISTEMA DE PROTEÇÃO EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO ARTIGO TERCEIRO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS

Luciana de Aboim Machado

(Universidade Federal de Sergipe –Brasil)

Aline Souza Prado

(Universidade Federal de Sergipe - Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. DIREITOS HUMANOS E ESTADO MODERNO: O PLANO INTERNACIONAL VOLTADO À PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
3. O SISTEMA DE PROTEÇÃO REGIONAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS: O CONSELHO DA EUROPA, A CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS (CEDH) E O TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS
4. A PROIBIÇÃO DA TORTURA, O ARTIGO TERCEIRO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS E O CASO TORREGGIANI VS ITÁLIA
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

EUROPEAN DYNAMIC INSTRUMENTS: GATEKEEPERS OF HUMAN RIGHTS, FREEDOMS AND PRINCIPLES

Vicky Kapogianni

(Cardiff Metropolitan University – United Kingdom)

1. INTRODUCTION
2. Human rights at the heart of europe
 - 2.1. EU Law and the Human Rights Perspective
 - 2.2. The Impact of Lisbon Treaty in the Human Rights Field
3. HUMAN RIGHTS DYNAMICS: A 70-YEAR BUILDUP
 - 3.1. The Normative Character of ECHR
 - 3.2. Nice Charter: Beyond the General Principles
4. THE COEXISTENCE OF THE TWO EUROPEAN TITANS IN THE PROTECTION OF HUMAN RIGHTS AND FUNDAMENTAL FREEDOMS
 - 4.1. The Impact of the Human Rights Protection on the Case Law
 - 4.2. Gatekeeping Fundamental Human Rights in the EU Legal Order
5. CONCLUSION

DEVERES FUNDAMENTAIS COMO PRESSUPOSTOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA REFLEXÃO URGENTE

Zélia Luiza Pierdoná

(Universidade Presbiteriana Mackenzie - Brasil)

1. Introdução
2. DIFERENÇA ENTRE EFICÁCIA E EFETIVIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS
3. as formas de relação entre indivíduos e estado
4. DEVERES FUNDAMENTAIS COMO PRESSUPOSTOS PARA A FRUIÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS
5. OS CUSTOS DOS DIREITOS E O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

MAINSTREAMING HUMAN RIGHTS THROUGH THE ENLARGEMENT POLICY: THE CASE OF THE WESTERN BALKAN COUNTRIES

Gentjan Skara

('Bedër' University College - Albania)

1. INTRODUCTION
2. FROM AN ECONOMIC ORGANIZATION TOWARD A HUMAN RIGHT PROMOTER
3. REDISCOVERING HUMAN RIGHTS: FROM MAASTRICHT TREATY TO THE CHARTER OF FUNDAMENTAL RIGHTS OF THE EUROPEAN UNION
4. THE STABILISATION AND ASSOCIATION PROCESS AS AN INTEGRATION MECHANISM FOR PROMOTION OF HUMAN RIGHTS IN WESTERN BALKAN COUNTRIES
5. IMPACT OF THE CHARTER OF FUNDAMENTAL RIGHTS IN THE WBC
6. CONCLUSION

LA DENUNCIA DE LOS TRATADOS DE DERECHOS HUMANOS. REFLEXIONES EN TORNO A LA OPINIÓN CONSULTIVA OC-26 DE LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS

Elí Rodríguez Martínez

(Secretario técnico de apoyo en el Consejo de la Judicatura Federal – México)

Juan Pablo Vásquez Calvo

(Técnico operativo en la Primera Sala de la Suprema Corte de Justicia de la Nación – México)

1. INTRODUCCIÓN
2. CRITERIO DE LA CORTE INTERAMERICANA
3. LA NATURALEZA ESPECIAL DE LOS TRATADOS DE DERECHOS HUMANOS
 - 3.1. El régimen de las reservas de los tratados de derechos humanos
 - 3.2. Suspensión, terminación y denuncia de los tratados de derechos

- humanos
- 3.3. La denuncia de los tratados internacionales en materia de derechos humanos
 - 3.3.1. En el sistema universal
 - 3.3.2. En el sistema interamericano
 - 3.3.3. En el sistema africano
 - 3.3.4. En el Mercosur
- 4. LA DENUNCIA O RETIRO DE LA CONVENCIÓN AMERICANA SOBRE DERECHOS HUMANOS
- 5. CONCLUSIONES

O BRASIL NA COMISSÃO DE VENEZA E A INFLUÊNCIA EXERCIDA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Manuellita Hermes

(Università degli Studi di Roma Tor Vergata - Italia)

1. INTRODUÇÃO
2. A CRIAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA A DEMOCRACIA ATRAVÉS DO DIREITO – COMISSÃO DE VENEZA
3. O INGRESSO DO BRASIL COMO MEMBRO EFETIVO DA COMISSÃO EUROPEIA PARA A DEMOCRACIA ATRAVÉS DO DIREITO E A INFLUÊNCIA DESENVOLVIDA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
4. CONCLUSÕES

OS PROSUMERS NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: PERFIL, VULNERABILIDADES E NOVOS DESAFIOS

Rossana Marina De Seta Fisciletti

(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. A DEFESA DO CONSUMIDOR NA UNIÃO EUROPEIA (E NA CARTA DE NICE)
 - 2.1. Perfil do prosumer e hábitos de consumo
3. ESPÉCIES DE VULNERABILIDADE
 - 3.1. Vulnerabilidade informacional em ambiente digital: geopricing, geoblocking e instalação de cookies
 - 3.2. Vulnerabilidade informacional em ambiente digital: reconhecimento facial e transferência desautorizada de dados
 - 3.3. Vulnerabilidade psicológica em ambiente digital: técnicas de persuasão e gatilhos mentais
 - 3.4. Vulnerabilidade psicológica dos menores em ambiente digital: os youtubers e a prática abusiva do unpacking
 - 3.5. Vulnerabilidade técnica em ambiente digital: obsolescência programada em razão de update
4. CONCLUSÃO

O GOVERNO DIGITAL (E-GOVERNO) NO BRASIL: OS DIREITOS HUMANOS EM UMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

(Universidade Tiradentes - Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. O PERCURSO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A BUSCA PELA CONSECUÇÃO DA TRANSPARÊNCIA
3. O DESENVOLVIMENTO DA INTERNET: AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs
4. A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO E O E-GOVERNMENT
5. DO GOVERNO ELETRÔNICO AO GOVERNO ABERTO E A GARANTIA DA CONSECUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
6. CONCLUSÕES

REVISITANDO O DILEMA DO BRASIL EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO DIÁLOGO COM A EUROPA NOS 20 ANOS DA CARTA DE NICE – UM OLHAR PRESENTE-FUTURO NO TRATAMENTO DAS TICs

Rafael Fonseca Ferreira

(Universidade Federal do Rio Grande – Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. ALGUMAS NOTAS SOBRE A DIMENSÃO HERMENÊUTICA DA CONSTITUIÇÃO E A APLICAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
3. O DILEMA DA CISÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA APLICAÇÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
4. CONCLUSÕES: A ALTERNATIVA DO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE, OS DIREITOS HUMANOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS, O USO DE DADOS MÉDICOS E GENÉTICOS E SEUS IMPACTOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS HOMENS

Claudia Ribeiro Pereira Nunes

(Universidade Federal do Amazonas - Brasil)

Pedro Diaz Peralta

(Universidad Complutense de Madrid - España)

1. INTRODUÇÃO
2. EFEITOS DA DIVULGAÇÃO DE DADOS MÉDICOS E GENÉTICOS, DANOS À PRIVACIDADE E À IGUALDADE DE TRATAMENTO
3. EFEITOS DOS DADOS INFERIDOS DA SAÚDE DO SER HUMANO E SEUS EFEITOS COLATERAIS: LIMITAÇÕES AO ACESSO AO TRABALHO E AO TRATAMENTO DE SAÚDE NA REDE PRIVADA
4. DEMAIS REGULACÕES INTERNACIONAIS APLICADAS À PROTEÇÃO DE DADOS MÉDICOS E GENÉTICOS
5. REGULACÃO SOBRE OS DADOS MÉDICOS E GENÉTICOS NA ESPANHA
 - 5.1. Limitações fáticas na segurança de dados médicos e genéticos
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

EL DERECHO HUMANO A LA DEMOCRACIA Y SU GARANTÍA MEDIANTE LA REGULACIÓN DEL MICROTARGETING POLÍTICO BASADO EN INTELIGENCIA ARTIFICIAL

Salvador Millaleo Hernández

(Universidad de Chile - Chile)

1. INTRODUCCIÓN
2. UN DERECHO HUMANO A LA DEMOCRACIA
3. MICROTARGETING POLÍTICO E INTELIGENCIA ARTIFICIAL PARA LA MANIPULACION DE LA DEMOCRACIA
4. AFECTACIÓN DEL DERECHO HUMANO A LA DEMOCRACIA
5. ¿HACIA UN MODELO EUROPEO DE REGULACIÓN?
6. CONCLUSIÓN

BRAZILIAN JUDICIAL SYSTEM: RECENT HISTORY AND COMPARATIVE DATA

Wagner Feloniuk

(Universidade Federal do Rio Grande - Brazil)

1. INTRODUCTION
2. THE BRAZILIAN JUDICIAL SYSTEM
 - 2.1. Brief historical background
 - 2.2. Constitution of 1988, the «Citizen Constitution»
 - 2.3. The new institutional role of the Judiciary
 - 2.4. Post-1988 doctrine
3. BRAZILIAN AND COMPARED DATA
 - 3.1. Data on cases
 - 3.2. Data on public legal careers
 - 3.3. Data on lawyers
 - 3.4. Data on legal education
4. CONCLUSIONS

EL DEBIDO PROCESO EN LA CONVENCIÓN AMERICANA SOBRE DERECHOS HUMANOS
Y EN EL CONVENIO EUROPEO DE
DERECHOS HUMANOS

María Micaela Alarcón Gambarte
(Universidad Mayor de San Andrés – Bolivia)

1. INTRODUCCIÓN
2. ASPECTOS SOBRE SU EVOLUCIÓN JURÍDICA
3. EL DEBIDO PROCESO EN EL MARCO JURÍDICO DEL DERECHO BOLIVIANO
4. DIMENSIÓN POLÍTICA DEL DEBIDO PROCESO
5. DIMENSIÓN JURÍDICA DEL DEBIDO PROCESO
6. DIMENSIÓN INSTITUCIONAL DEL DEBIDO PROCESO
7. EL DEBIDO PROCESO ENMARcado EN EL CONVENIO EUROPEO DE DERECHOS HUMANOS
8. RETROSPECCIÓN

EL CONTROL DE CONVENCIONALIDAD EN LA JURISPRUDENCIA BOLIVIANA EN
MATERIA DE DERECHOS HUMANOS
DE LAS MUJERES

Sonia Eliana Roca Serrano
(Universidad Autónoma Gabriel Rene Moreno – Bolivia)

1. INTRODUCCIÓN
2. CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS
3. EL CONTROL DE CONVENCIONALIDAD COMO VÍA DE DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS
 - 3.1. Los fundamentos jurídicos del control de convencionalidad
 - 3.2. Bases del control de convencionalidad en Bolivia
4. DERECHOS HUMANOS DE LAS MUJERES
 - 4.1. Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos
 - 4.2. Jurisprudencia con enfoque de género - Bolivia
5. CONCLUSIONES

A MEDIDA PROVISÓRIA 927/2020 NAS REDES SOCIAIS
E NA LITERATURA ACADÊMICA

Dalton Tria Cusciano
(Ambra University e Escola de Negócios e Seguros de São Paulo - Brasil)
Mauro Maia Laruccia
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. ACIDENTE DE TRABALHO
3. METODOLOGIA
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

OS 20 ANOS DA CARTA DE NICE:
ANÁLISE CONTEMPLATIVA COM A NECESSID
DE DE UMA BOA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

Horácio Monteschio
(Centro Universitário Curitiba - Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. COMPROMISSO COM OS ELEITORES EM TERMOS COMPARATIVOS COM A CARTA DE NICE
 - 2.1. Eficiência na gestão dos recursos públicos
 - 2.2. Proposta de adoção do plebiscito como instrumento de controle do da eficiência no comando político
3. CONCLUSÕES

THE RIGHT TO HEALTHY AND FAVORABLE ENVIRONMENT
IN THE JURISPRUDENCE OF THE EUROPEAN COURT OF
HUMAN RIGHTS

Elena E. Gulyaeva

(Diplomatic Academy of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation - Russia)

1. INTRODUCTION
2. POSITIVE STATE OBLIGATIONS ON A HEALTHY AND SUSTAINABLE ENVIRONMENT UNDER THE CONVENTION PROVISIONS
3. ADMISSIBILITY CRITERIA FOR COMPLAINTS TO THE EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS IN «ENVIRONMENTAL CASES»
4. OVERVIEW OF THE EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS JURISPRUDENCE ON THE PROTECTION OF THE RIGHTS OF INDIVIDUALS AND GROUPS TO COMPLAIN FOR VIOLATIONS OF THEIR RIGHTS TO A HEALTHY AND FAVORABLE ENVIRONMENT
 - A. Applications alleging exceeding standards of traffic and other noise
 - B. Applications alleging industrial pollution
 - C. Applications alleging negligence of the authorities resulting in environmental accidents
 - D. Applications alleging waste pollution, odors or other types of interference
 - E. Application alleging the authority's inaction resulting in violations of the applicants' health rights during nuclear and chemical testing (nuclear tests)
5. CONCLUSIONS

UMA ANÁLISE DO ESPAÇO PRESERVADO FRANCÊS À LUZ DAS NORMAS DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL

Daniel Moura Borges

(Universidade Federal da Bahia – Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE CULTURAL NA FRANÇA
3. A LEI MALRAUX: SOBRE AS PARTICULARIDADES E A NECESSIDADE DE SUA CRIAÇÃO
4. OS IMPACTOS DA LEI MALRAUX PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL FRANCÊS
5. O SECTEUR SAUVEGARDÉ ENQUANTO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL FRANCÊS
6. INTERSECÇÕES DO ESPAÇO PRESERVADO COM O MEIO AMBIENTE NATURAL
7. DA ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO PRESERVADO FRANCÊS ÀS NORMAS EUROPEIAS SOBRE O MEIO AMBIENTE
8. CONCLUSÃO

TECNOLOGIA E DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO: A COOPERAÇÃO HÍDRICA BRASIL-EUROPA

Carla Liguori

(Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado – Brasil)

Denise Vital e Silva

(Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. A ÁGUA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
3. O MEIO AMBIENTE HÍDRICO EQUILIBRADO COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL
4. A TERMINOLOGIA E O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS
5. A INTERNACIONALIZAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL
6. O RECONHECIMENTO DO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL ÁGUA
7. A TECNOLOGIA COMO MECANISMO DE PROMOÇÃO AO MEIO

AMBIENTE

8. A COOPERAÇÃO HÍDRICA BRASIL-EUROPA
9. CONCLUSÕES: A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE MEIO AMBIENTE HÍDRICO EQUILIBRADO

EL DERECHO HUMANO A LA ENERGÍA

Víctor Rafael Hernández-Mendible

(Profesor invitado de la Universidad Fidélitas de Costa Rica)

1. INTRODUCCIÓN
2. EL DESARROLLO DEL MARCO INTERNACIONAL DEL DERECHO HUMANO A LA ENERGÍA
3. EL POSIBLE CONTENIDO DEL DERECHO HUMANO A LA ENERGÍA
4. EL RECONOCIMIENTO DEL DERECHO HUMANO A LA ENERGÍA COMO UNA POSIBILIDAD DE SUPERAR LA POBREZA ENERGÉTICA
5. CONSIDERACIONES FINALES

THE MINIMUM WAGE, CONTRACT LAW AND FUNDAMENTAL RIGHTS IN POLAND

Karol Ryzkowski

(Cracow University of Economics – Cracow - Poland)

MOVIMENTO MULTICULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS: CINEMA BRASILEIRO DE RETOMADA E FORMAÇÃO DO SUJEITO DE DIREITO

Samene Batista Pereira Santana

(Universidade Estadual da Bahia/ Faculdade independente do Nordeste/ Faculdades Santo Agostinho - Brasil)

Adriana Fresquet

(Universidade Federal do Rio de Janeiro - Argentina/Brasil)

Sheila Marta Carregosa Rocha

(Universidade Estadual da Bahia - Brasil)

1. INTRODUÇÃO
2. CINEMA BRASILEIRO DE RETOMADA: REGIMES DE VISUALIDADE
3. O QUE O CINEMA BRASILEIRO DE RETOMADA ENUNCIA?
4. DIREITOS HUMANOS E EMANCIPAÇÃO: CONCEPÇÃO MULTICULTURAL E A ENUNCIAÇÃO AUDIOVISUAL
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS